



1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do Curso	
RESIDÊNCIA CTS - HABITAT, AGROECOLOGIA, ECONOMIA SOLIDÁRIA E SAÚDE	
Área de conhecimento e respectivo código (Classificação Internacional Normalizada da Educação - Cine Brasil 2018)	
A Cine Brasil 2018 está organizada em quatro níveis de classificação: 1º nível - área geral; 2º nível - área específica; 3º nível - área detalhada; e 4º nível - rótulo. Verificar no link http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6724282 e veja qual das 11 áreas gerais está classificado o seu curso e insira o código até o 3º nível. Exemplo: 09 Saúde e bem-estar; 091 Saúde; 0911 Odontologia.	
Edição do curso	
Primeira Segunda ou mais	
Nome do(a) coordenador(a) (Titulação: doutorado)	
Ricardo Toledo Neder - Doutorado	
Nome do(a) coordenador(a) adjunto(a) (Titulação: doutorado)	
Liza Maria Souza de Andrade - Doutorado	
Nome do(a) secretário(a)	
Valmor Cerqueira Pazos	
E-mail de contato	Telefone de contato
npcts.ceam@unb.br (Ricardo Toledo Neder, Coordenação geral) liza@unb.br (Liza Maria Souza de Andrade, Coordenação Adjunta)	Ricardo Neder: (61)92454058 Liza Andrade: (61) 981316034
Unidade do(a) coordenador(a)	Unidade a qual o curso está vinculado
NPCTS/CEAM/FUP- UnB (Coordenação Geral) PPGFAU(Coordenação Adjunta)	CEAM - CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES DA UNB PPG-FAU - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNB
Programa de Pós-Graduação na qual a proposta foi aprovada	
CEAM - CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES DA UNB PPG-FAU - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNB	

1 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

Modalidade	Tipo de oferta
presencial a distância	aberto ao público turma fechada: curso fora do DF
Número de vagas	Público-alvo
42, das quais 28 vagas	Lideranças comunitárias de nível superior; técnicos de

PROPOSTA DE PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO LATO SENSU (ESPECIALIZAÇÃO)		
destinam-se a técnicos e 14 vagas destinam-se a lideranças comunitárias.	governo, profissionais autônomos, dirigentes de entidades civis regidas pelo MROSC (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil).	
Componente curricular	Número de créditos (15h = 1 crédito)	Carga horária (horas)
Disciplinas	90	360 h
Monografia ou TCC	12	120 h
Total	92	480 h
Período de inscrição	Período de seleção	Período total do curso (inclui entrega monografia/TCC, se houver)
Início: 01/05/2022 Final: 31/05/2022	Início: 01/06/2022 Final: 15/06/2022	Início: 15/06/2022 Final: 15/06/2024
Critérios de Seleção para ingresso (Deve ser utilizada mais de uma modalidade)	Instrumentos de avaliação do desempenho (pode haver mais de uma opção)	
Análise de Currículo Entrevista Indicação de Empregador Prova Outro:	Provas Seminários Trabalhos finais de disciplina Trabalho de conclusão de curso Outro: <i>* (Os cursos oferecidos a distância deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial individual de monografia ou trabalho de conclusão de curso)</i>	
Critérios para aprovação e certificação do discente		
Estou ciente que o certificado será emitido aos alunos que tiverem obtido frequência de pelo menos 75% de carga horária prevista e obtiverem menção igual ou superior a MM (conforme artigos 122 e 123 do Regimento Geral da UnB) em todas as disciplinas, incluindo monografia ou trabalho final de conclusão de curso, quando previsto.		
Dados resumidos do corpo docente (Contar apenas uma vez o docente que ministrar mais de uma disciplina/módulo)		
Número total de docentes que ministrarão o curso: 63 Número de docentes do quadro permanente da UnB: 46 Número de docentes convidados externos à UnB: 17 Número de mestres: Número de doutores: Número de especialistas ou sem titulação:		
Local de realização do curso		
Auditório do Centro de Estudos Multidisciplinares - CEAM - UNB /Reitoria da UNB/ e FAU-UnB		
Ocorrência das aulas		
2ª 3ª 4ª 5ª 6ª Sáb Dom Horário de realização do curso de 2ª a 6ª feira: 18:00 h às 22:00 hs (Quartas-feiras) Horário de realização do curso aos sábados e domingos: Sábados: 08:00 h às 12:00h e de 14:00h às 18:00 h (uma vez por mês); Outros horários (especificar): 06 horas de Ensino Remoto por mês		

Não se aplica: Ensino a distância

Recursos financeiros		Instrumento a ser firmado
sim	não	Convênio UnB conveniente ou Contrato UnB contratada Termo de Execução Descentralizada (TED) Contrato com Fundação de Apoio Convênio Tripartite com Fundação de Apoio Arrecadação direta de Fundação de Apoio Outro
Telefone para divulgação		E-mail para divulgação
		npcts.ceam@unb.br

2 JUSTIFICATIVA

Indicar as razões que deram origem à abertura do curso: carências a serem supridas na área do magistério superior ou formação profissional e contribuição esperada para o desenvolvimento econômico, social e educacional de sua área de influência.

A Residência Multiprofissional CTS visa à criação de Microprojetos e Programas de Ação Local (MPAL) com possibilidades de arranjos a partir de trilhas temáticas de experiências das lideranças comunitárias e de movimentos sociais para implantar modelos próprios (às comunidades) de assessoria sociotécnica e tecnológica oriundas de movimentos sociais e entidades civis que lutam por políticas públicas em quatro campos - três interdisciplinares e um transdisciplinar:

- Habitat (habitação/arquitetura/urbanismo/ambiente);
- Agroecologia (soberania alimentar/agricultura familiar/integração campo e cidade);
- Saúde (vigilância epidemiológica/saúde coletiva/ da família/saneamento/ ecossaneamento e infraestrutura ecológica).

E um quarto campo transdisciplinar:

- Trabalho associado (economia solidária/formação e educação/ocupação/renda e tecnociência solidária).

O curso lato sensu envolverá formação e educação visando produção cognitiva de tecnologia social e tecnociência solidária, a partir de três diretrizes:

- a) trabalhar códigos técnicos e padrões na resolução dos MPAL - Microprojetos e Programas de Ação Local mediante assessoria sociotécnica com foco em processos participativos descentralizados junto aos grupos sociais inicialmente em sete territórios no DF.
- b) implantar metodologia que leve em conta novas linguagens para expressar a política cognitiva (popular, comunitária e identitária) de lideranças comunitários e de movimentos sociais, a fim de ampliar a compreensão e reflexão diante das barreiras disciplinares, educacionais e escolares
- c) formas associativas comunitárias e autogestionárias de sistema socioeconômico aberto, amparado nos valores da cooperação e da solidariedade denominado de economia solidária.

Os antecedentes desta proposta envolvem os trabalhos de pesquisa,

extensão e ensino do Programa de Extensão Incubadora de Cooperativa Populares da FUP/UnB - ITCP TEC SOL - UNB Planaltina, do Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico - Trabalhos Emergentes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU/UnB (PEAC Periférico), inseridos no Núcleo de Política CTS (Ciência, Tecnologia, Sociedade) no CEAM. Foram decisivos também os apoios de parceria do Núcleo de Agroecologia e Agricultura Orgânica, da Faculdade de Agricultura e Medicina Veterinária/FAV e do CDS-UnB; e o grupo HISTEBR - História, Sociedade e Educação no Brasil, Faculdade de Educação/FE; também, contamos com o apoio e participação na Faculdade de Direito/Grupo Direito Achado na Rua/Promotoras Legais Populares; e na Faculdade de Saúde/FS de colegas da linha de Agentes Comunitários de Saúde/Saúde da Família.

Tem como parceiros institucionais externos i) a pós-graduação FIOCRUZ DF em Governança Territorial para Desenvolvimento Saudável e Sustentável, e ii) a vinculação com a rede nacional de Nucleação da Residência em Arquitetura e Urbanismo e Engenharia, encabeçada pela Universidade Federal da Bahia (RAU+E da UFBA - em Habitação Social e Direito à Cidade) e a Rede sociotécnica nacional BrCidades/Núcleo DF Metropolitano, a Rede Moradia-Assessoria, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, o GT - Agenda Territorial Participativa da ABEPETS - Associação Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão em Tecnologia Social, entre outros.

O profissional formado para atuar com **MPAL (microprojetos e programas de ação local)** intitula-se “Agente Multiplicador em Adequação Sociotécnica Multiprofissional para Habitação, Economia Solidária, Agroecologia e Saúde Ecológica no Território”.

A essência desta proposta ora apresentada consiste em uma nova modalidade de política de extensão que vincula Extensão com a Residência (tal como existente *mutatis mutandi*, Residências multiprofissionais em Saúde, em Arquitetura e Urbanismo, Residência Agrária e outras hoje em expansão).

Trata-se de uma pós-graduação no formato *latu sensu* (480 horas) em quatro semestres, de caráter trans-multi-interdisciplinar com a visão de política pública universitária (oposta à da filantropia privada ou oficial) de agir na capacitação de protagonistas (homens e mulheres, sob recorte de gênero, etnia, geração etc) nos territórios onde possam organizar planos de gestão social aqui entendidos como MPAL (microprojetos e programas de ação local) - entrelaçados com políticas públicas e recursos de fundos públicos de estatais e orçamento de Municípios, Estados e União.

Está estruturado em 6 módulos em 3 semestres (com 60 h. cada) mais 1 semestre com um módulo final de orientação de trabalho de conclusão de curso numa prática pedagógica e de planejamento escolar do tipo PEX - pesquisa associada com ensino e integradas com extensão - sem cortes de tal forma que não haverá separação entre aula e pesquisa, trabalhos individuais e trabalhos de grupos, com ênfase na integração entre os regimes presencial e remoto/*on line*. Haverá integração entre estes modos de operação das atividades em torno das temáticas **Habitat Campo & Cidade (HCC), Agrossistemas e Soberania Alimentar (AGSA), Saúde Ecológica da Família (SEF)** sob os determinantes sociais da saúde (DSS), sob núcleo integrativo **comum e transdisciplinar Trabalho associado & Design Social (TDS)**.

No ano de 2021 foi realizada uma prévia da formação da Residência, uma interface entre estudantes de pós-graduação do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB com agentes comunitários, lideranças, professores e camponeses no Curso de Extensão Fundamentos em Ciência Tecnologia e Sociedade – Habitat, Agroecologia, Economia Solidária e Saúde Ecosistêmica que pode ser conferido no Canal Youtube da Residencia CTS <https://www.youtube.com/watch?v=X9njyTiCCt0&t=444s> .

O direito à cidade e o direito à moradia são equivalentes à criação de direito à tecnologia social entendida como domínio das formas de produção autogeridas mediante o trabalho associado das comunidades. Na cidade, sob as características históricas da chamada autoconstrução e suas formas organizativas, este domínio do ciclo produtivo sobre as condições sociotécnicas de organização de lideranças, movimentos sociais e populares, pode ser fomentado por projetos semi-estruturados de ensino-pesquisa-extensão no formato de Residência Multiprofissional.

A inclusão de outros saberes e táticas para contribuir na construção de uma nova plataforma cognitiva e inovação tecnológica com um conhecimento coletivo e solidário possibilita criar métodos, processos ou técnicas que contribuem para equacionar problemas sociais e mediar conflitos socioambientais na luta pelos direitos essenciais das populações excluídas do processo de planejamento do território, que pelas práticas de resistência configuram novas tipologias de ocupações urbanas e rurais (ANDRADE et al, 2019).

No contexto do enfrentamento da Covid-19, os mais vulneráveis, como sempre, são aqueles que já estão em risco, aqueles que moram em assentamentos informais, favelas densamente povoadas, incapazes de se isolar, sem acesso à moradia adequada e serviços básico de saneamento, aumentam a chance de disseminação do vírus e sobrecarrega ainda mais o sistema de saúde. Geralmente apresentam congestionamento habitacional e problemas de saneamento, portanto, sem acesso à água e às condições de vida. Nesse quadro, o contágio do Covid-19 deverá ser severo, pois as principais orientações adotadas mundialmente consistem na higienização das mãos com água e sabão, além de permanecer em casa e assim reduzir o risco de aglomerações e contato com pessoas possivelmente infectadas. A promoção da saúde está diretamente associada a decisões políticas externas ao setor saúde e a partir do conceito de “cidade saudável” avançou-se no conceito de “empoderamento” e participação social, promovendo saúde através da descentralização do poder às comunidades locais.

A Carta de Otawa de 1986 para “Cidades Saudáveis” (BRASIL, 2002, p.19) considera a promoção da saúde como “o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo”. Assim, a comunidade deve reconhecer suas necessidades, satisfazê-las e modificar o

meio-ambiente de forma favorável. A saúde deve ser vista como um recurso para viver e não apenas o objetivo de viver. O conceito positivo de saúde o torna responsabilidade de outras áreas, em nível global e vai além do setor de saúde. Os pré-requisitos básicos para a saúde ecossistêmica são: paz, habitação, educação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade. Fatores de diversas naturezas podem influenciar na saúde, como fatores políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e biológicos. Portanto, ações que promovam a saúde, têm por objetivo, favorecer as condições para que ela exista na população. A Carta ainda enfatiza a função sistêmica da saúde, não podendo ser dissociada de outras políticas públicas e deve ser conquistada com participação social e preservação do meio-ambiente.

O documento da ONU (2020) “Responsabilidade compartilhada, Solidariedade Global: respondendo aos impactos socioeconômicos do COVID-19” reconhece a necessidade de aproveitar a oportunidade desta crise para fortalecer o compromisso dos países para implementar a Agenda 2030 e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para alcançar um futuro mais inclusivo e sustentável. A perda de renda das famílias com pandemia levará a vulnerabilidade vários segmentos da sociedade para abaixo da linha da pobreza no que tange o ODS 1 Redução da Pobreza. No ODS 11 “Cidades e Comunidades Sustentáveis” o documento chama a atenção para população vivendo em favelas, os riscos de exposição ao COVID-19 ficam mais altos devido à alta densidade populacional e falta de condições de saneamento. O ODS 11 atenta para a urbanização inclusiva e sustentável; as capacidades de planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, bem como esforços de proteção e salvaguarda do patrimônio natural; redução de impactos ambientais negativos per capita das cidades em especial à gestão de resíduos municipais. O ODS 11 está alinhado com a Nova Agenda Urbana, acordada em outubro de 2016, durante a III Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável, entre uma de suas metas, pretende garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível bem como aos serviços básicos e urbanização de favelas. Todos os habitantes devem ter acesso a um lugar para viver com dignidade e acesso aos meios de subsistência, conforme os artigos 5 e 6 da Constituição Federal do Brasil. Inclui a moradia entre as necessidades vitais básicas que devem ser atendidas pelo salário-mínimo. Necessitamos no contexto dos 17 Objetivos, mais e melhores sistemas de saúde, menos pessoas vivendo em situação extrema pobreza, menos desigualdade de gênero, um meio ambiente natural mais saudável e sociedades mais resilientes.

Reconhecendo a especificidade do Distrito Federal e entorno, com uma relação cidade/campo muito próxima e intrincada, fazem-se presentes nos contextos de trabalho de pesquisa e extensão tanto espaços urbanos quanto rurais, em suas facetas mais ou menos mescladas em si. Desse modo, apesar das transições e variações, optou-se por estruturar as tipologias inicialmente por seu carácter rural (comunidades tradicionais e assentamentos e pré-assentamentos da reforma agrária) ou urbano. Os

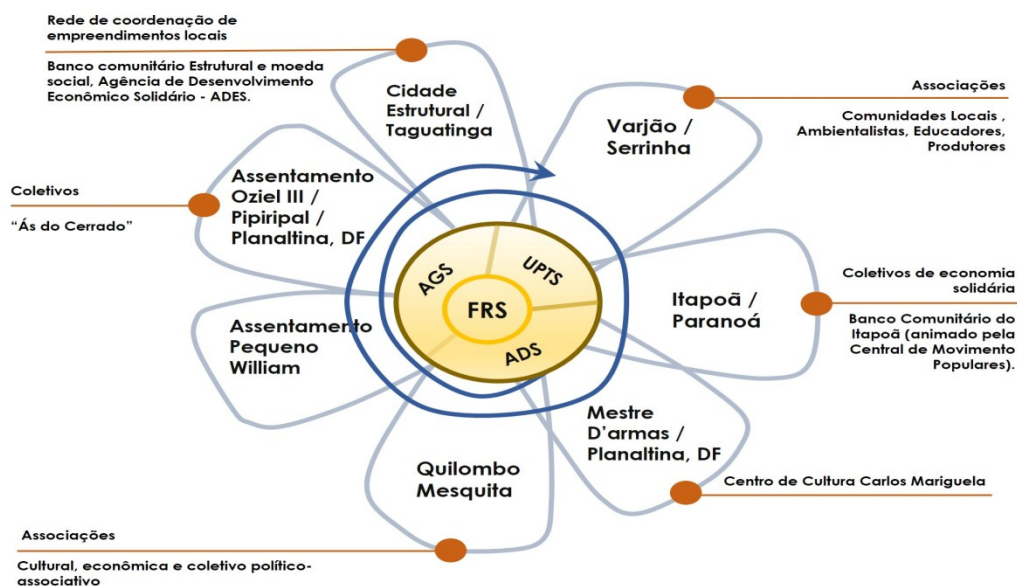
territórios do DF para convergência de ações de extensão podem ser divididos em áreas regulares – projetos e ações decorridas em áreas urbanas consolidadas e formalmente instituídas, áreas regularizadas ou reurbanizadas – projetos em áreas que passaram ou passam por processos de reurbanização e regularização e, por fim, áreas informais – aquelas que se mantêm categorizadas enquanto informais ou irregulares, espaços frequentemente ausentes de qualquer intervenção formal do Estado (ANDRADE et al, 2019).

No Distrito Federal atualmente há 508 ocupações informais, em zonas urbanas e rurais, que não estão no mapa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT - de 2009 como ARIS ou ARINES. Um mapa com essas novas áreas foi apresentado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH no II Fórum do Núcleo DF Metropolitano do Projeto Brasil Cidades na Semana Universitária 2019 da FAU/UnB em outubro de 2019.

O decreto nº 40.254, de 11 de novembro de 2019 dispõe sobre procedimentos aplicáveis aos processos de Regularização Fundiária Urbana - Reurb no Distrito Federal nos termos da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017. O Art. 2º apresenta como um dos objetivos da Reurb “identificar os núcleos urbanos informais que devam ser regularizados, organizá-los e assegurar a prestação de serviços públicos aos seus ocupantes, de modo a melhorar as condições urbanísticas e ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior”.

Em alguns desses territórios os grupos de pesquisa que encabeçam esta proposta já estão atuando (vinculados aos Polos de Extensão da UnB, e aos projetos conduzidos pela Incubadora ITCP (UnB/FUP) e pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico (UnB/FAU) que dirigem o Edital 36/2018 CNPQ/MCTIC/MDS Tecnologia Social). O curso fará Chamadas de Inscrição a cada 2 anos, dirigidas para alguns territórios do DF e Entorno.

O Desenho abaixo reproduz a abrangência territorial da primeira Chamada de Inscrição para atuação na Região Norte (Itapoã/Paranoá; Mestre D’Armas/Planaltina, Varjão/Serrinha/Lago Oeste); Região de Planaltina para dois assentamentos da reforma agrária (Pequeno William e Oziel III); Região Sul (Cidade Estrutural/Taguatinga) e Região Sudoeste (Quilombo Mesquita divisa DF/GO-Cidade Ocidental).



A política cognitiva, de um modo geral, tem sido controlada de forma hegemônica pela elite científica, sem atentar para o seu caráter público. Ao observar o declínio da eficácia das soluções sociais e políticas estabelecidas para combater a desigualdade e discriminação, o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2019) sustenta que a justiça global só poderá existir por meio de uma mudança epistemológica que garanta a justiça cognitiva global.

Renato Dagnino, titular de Política Científica e Tecnológica da UNICAMP, tem comprovado em seus estudos e pesquisas que existe uma orientação anômala da política explícita de C&T no Brasil, na medida em que ela é definida por agendas científicas e tecnológicas oriundas dos países centrais do Hemisfério Norte (basicamente quatro: Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha) que beneficia marginalmente ou indiretamente as demandas cognitivas dos segmentos sociais mais amplos da sociedade brasileira, que perfazem 2/3 da força de trabalho, que são justamente os que mais necessitam desta política cognitiva.

Os esforços antes descritos para estes diversos campos vieram a constituir políticas implícitas de C&T (implícitas porque não oficiais), com eficácia e abrangência reduzida nos grandes números (demograficamente falando). Mas elas são um conjunto de políticas presentes transversalmente em diversas áreas das políticas públicas, agências governamentais (agricultura familiar, agroecologia, habitação e produção de alimentos; moradia popular; saneamento e meio ambiente; transportes públicos). E não menos importante, nos sistemas públicos de educação e saúde em todos os níveis. (V. políticas implícitas de C&T em HERRERA, 1973).

Em decorrência destes antecedentes, o plano político-pedagógico da proposta de RESIDENCIA CTS baseia-se em dois pontos centrais que justificam sua oferta:

1. A EXTENSÃO É FUNDAMENTAL; MAS SEM CONTINUIDADE NÃO HÁ

TRANSFORMAÇÃO - Um componente fundamental está ancorado na política de extensão definida na Resolução do Conselho Nacional da Educação nº 07, de 18 de dezembro de 2018: “a extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”. No âmbito da Residência, o campo da Extensão Universitária integrada às Pesquisas Acadêmicas representa uma possibilidade importante de reconstrução do conhecimento científico a partir da transposição dos muros da universidade com inclusão de outros saberes que se revelam poder/saber (potência) para influir na resolução de problemáticas. O tempo de resposta dos pesquisadores extensionistas, dos agentes comunitários e dos atores sociais no território, contudo, são qualitativamente diferentes. Extensionistas sensibilizam e buscam integrar agentes e atores sociais, mas não podem acompanhar ao longo de muito tempo estas transformações.

2. A RESIDÊNCIA ENCONTRA UM PORTO SEGURO NO TERRITÓRIO POR MEIO DA EXTENSÃO - O segundo componente fundamental deste projeto político-pedagógico é buscar realizar a Extensão como Residência, para adotar um tempo de resposta típico das novas formas de residência multiprofissional (antes mencionadas); elas vem transcendendo os campos mais antigos da Medicina, para se expressar como formação de profissionais moradores ou residentes nos territórios. Com isto há um potencial aumento da capacidade da Universidade gerar formas de assessoria técnica (sob modus operandi próprio na Arquitetura e Urbanismo, Ciências Agrárias/Agroecologia, Antropologia e Sociologia, Gestão Pública, Psicologia Social e Direito). Estas modalidades híbridas de Extensão+Residência são propícias criar um campo dialógico e altamente influenciado pelos movimentos populares sociais e suas próprias organizações da sociedade civil (associações, cooperativas) tendo como referência o novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (BRASIL, MROSC, 2016).

Pelo Marco Regulatório ficaram assentadas formas de cooperação entre Estado e entidades comunitárias com base em práticas de extensão e residência, nas quais assume papel relevante a assistência técnica participativa descentralizada (ATPD) e a assistência técnica em habitação de interesse social (BRASIL, ATHIS 2008).

Em geral, as formas de assessoria técnica têm por base um tempo de elaboração muito curto de projetos (um a dois anos no máximo). Tanto para pesquisadores, quanto para agentes comunitários e atores sociais não bastam os tradicionais editais anuais de “projetos” financiados, vale lembrar, com um curto horizonte temporal, em geral anualizado nos conteúdos.

Práticas sob a modalidade ATPD, ao contrário, assumem vinculações e raízes com o território. A formulação aqui proposta de assistência técnica

descentralizada antes chamada de adequação sociotécnica (AST) tem destacado o papel da formação e práticas de "grupos relevantes".

Estes são portadores de demandas sociotécnicas cujas intervenções no território introduzem formas de enfrentamento do poder cognitivo plasmado em dispositivos tecnológicos, em geral usados contra as comunidades. Um grupo relevante quando se torna sujeito de práticas de resistência e auto-gestão nas questões do habitat, economia comunitária, alimentação e agricultura, ou na saúde como ambiente, ela se integra às redes no território e gera práticas de aprendizagem sob (afetas à educação e trabalho, moradia, alimentação e produção, corpo e saúde).

Vale lembrar que podemos constatar que a assistência técnica tem um duplo sentido:

(a) A RESIDÊNCIA PODE SER UNIDIRECIONAL (MÃO ÚNICA) E ATÉ MESMO COM PROPOSTAS PARTICIPATIVAS QUE SE REVELAM CENTRALIZADORAS nas instituições oficiais emissoras (universidade, Sesi, Senar, Senac, Institutos Federais C&T, escolas, secretarias municipais e estaduais, programas de governo e empresas privadas) para os grupos populares (receptores) das periferias urbanas e meio rural. Em geral, técnicos, cientistas & pesquisadores que atuam desta forma priorizam uma abordagem tecnológica e pedagógica totalmente inadequada às necessidades das comunidades (MOLINA et al.2014).

(b) A RESIDÊNCIA PODE VIR A SER UMA ASSESSORIA DO TIPO PARTICIPATIVA DESCENTRALIZADA QUE CONTA COM AS REAÇÕES POPULARES MEDIANTE MÉTODOS DE ESCUTA dos saberes e práticas locais de resistência (criadoras do poder/saber contra-hegemônico). Seu caráter descentralizado reside no fato do conhecimento participativo gerado prever como componente estratégico, que o saber será descentralizado de volta com os elementos sociotécnicos enriquecedores para as comunidades envolvidas. Este retorno descentralizado do saber - no caso dos métodos ATPD - deve ser operacionalizado pelos grupos relevantes que irão trabalhar a devolutiva como parte da individualização dos grupos populares (levando em conta suas características como história, cultura, linguagem, mitos e fatos da identidade local). Neste contexto, a metodologia aqui adotada ATPD nos remete à vinculação ao mundo do trabalho, das ocupações e dos rendimentos sob a economia solidária, fundos rotativos solidários e finanças solidárias (TOR):

i) Trata-se de gerar microprojetos e programas locais TOR nos leva a deparar com um regime social de periferização das camadas populares pauperizadas e em situação de vida precária e instável. O caso dos catadores e suas organizações no Brasil (que somam a quase um milhão de pessoas inteiramente na economia popular) é bem sintomático deste quadro predominante em vários setores da socioeconomia brasileira, em que segmentos formais da organização empresarial capitalista precariza, explora e não eleva a rendimento do trabalho informal.

Trata-se de perceber que as formas de organização do trabalho coletivo, existentes entre a população da economia popular, também envolvem ressignificar e condicionar as experiências de resistência e as práticas de contra-hegemonia dos diversos sujeitos implicados nesse processo.

ii) Por ocasião da pandemia do Covid-19, estes segmentos adquiriram grande visibilidade devido a demanda por auxílio-emergência destinado a cerca de 81 milhões de pessoas. As atividades levadas a cabo por essa população da economia popular demandam informações, trocas de experiências e novas formas de conexão entre si para completar e adensar cadeias produtivas e de serviços. Dagnino (2006, 2014, 2019) defende que uma forma de fortalecer a economia popular será implantar uma ampla política de economia solidária a partir do desenvolvimento de uma plataforma cognitiva, tecnociência social (TCS) que proporcione sustentabilidade econômica, cultural e ambiental a empreendimentos econômicos solidários. As TCS decorrem das ações de associações e cooperativas, que mobilizam força de trabalho a partir de pequenos coletivos cujas experiências e saberes individuais, mediante assistência tecnocientífica adequada e fomento financeiro, possam ser implantadas em empreendimentos coletivos.

Sendo assim, o presente projeto justifica-se também pelas inovações relevantes que traz, no que tange à abrangência ampliada do escopo da Habitação e do Habitat e dos processos e metodologias de projeto e de intervenção em ações no território por meio da articulação de agentes, coletivos, instituições e entidades, ferramentas, saberes, recursos e táticas locais a partir de uma gama de aspectos inter-relacionados, a saber:

- 1) o desenvolvimento de pesquisas em assessoria técnica sobre temas ainda periféricos e marginalizados no âmbito do sistema acadêmico relacionados à produção do espaço no campo e na cidade (Reforma Urbana e a Reforma Agrária) a partir de um diálogo e colaboração multiprofissional;
- 2) novos processos e metodologias de projeto e de intervenção, integrando-os no formato de pesquisa-ação por meio de metodologias ativas e mobilização social com uma visão transdisciplinar e transescalar baseada na Sustentabilidade Ambiental, na Tecnologia Social e na participação e autonomia dos sujeitos, abrangendo territórios e grupos ligados a movimentos populares (Movimento Sem Terra - MST, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST), comunidades urbanas e periurbanas, comunidades da periferia, associações de moradores, entidades ambientalistas, bem como comunidades camponesas e comunidades tradicionais, comunidades quilombolas no Estado de Goiás (Quilombo Mesquita e Kalunga do Engenho) e pescadores e indígenas do Sul da Bahia.

No âmbito da Arquitetura e do Urbanismo, a relevância da proposta decorre também de seu alinhamento com a Carta do Rio de Janeiro da UIA 2021 “Todos os mundos, um só mundo, Arquitetura-Cidade 21”. A Carta ressalta o papel fundamental da Arquitetura e Urbanismo “na construção contínua de cidades melhores, mais justas e equitativas” e destaca que o PROJETO “é um instrumento essencial para contribuir com o adequado planejamento das cidades, materializar ideias, promover o debate e viabilizar transformações”. Destaca, também, a necessidade do conhecimento técnico dos arquitetos

e urbanistas “dialogar e compartilhar com o saber popular dos diversos agentes que atuam no território” e a assistência e assessoria técnica para habitação de interesse social ser considerada como “um serviço público, permanente e acessível a toda sociedade, valorizando as possibilidades de articulação intersetorial e de atuação integral sobre os diversos aspectos da realidade”.

O curso da Residência Multiprofissional CTS pretende ampliar a visão do arquiteto sobre sua atuação e o campo profissional, integrado a outras áreas do conhecimento, assim como contribuir para transformar a imagem que a sociedade faz do papel e atuação do profissional arquiteto, visto por muitos como elitista e elitizado. Arquitetos tendem a priorizar produtos técnicos e contextos privilegiados nos quais o prestígio profissional é tributário da ideia de autoria, de exclusividade e da noção de obra acabada em uma lógica individualista distante das demandas e problemas de grandes parcelas da população brasileira. Vale destacar que 85% das obras e reformas realizadas pela população brasileira são autoconstruídas sem auxílio de profissionais (CAU/BR, DATAFOLHA, 2015) e segundo dados da União Internacional dos Arquitetos – UIA - os arquitetos trabalham para 8% da população (CAU, 2016). A presente proposta, cujo escopo incide na formação profissional em Arquitetura e Urbanismo, baseia-se na responsabilidade social e cidadã do arquiteto urbanista, no trabalho coletivo e colaborativo em prol dos menos favorecidos e da transformação social, permitindo ampliar o contexto de atuação do arquiteto e sua relevância social.

3 OBJETIVOS

Explicitar os objetivos do curso: geral e específicos

Objetivo Geral:

Ofertar um curso de formação multiprofissional em CTS - Ciência, Tecnologia e Sociedade na modalidade Residência (Pós-Graduação + Extensão) para capacitar simultaneamente **agentes técnicos e agentes territoriais** aptos a atuarem como multiplicadores de iniciativas protagonizadas por sujeitos, grupos e comunidades de sete territórios do entorno do DF (Itapoã/Paranoá, Mestre D’Armas/Planaltina, Varjão/Serrinha/Lago Oeste, Pequeno William, Oziel III; Cidade Estrutural/Taguatinga, Quilombo Mesquita divisa DF/GO-Cidade Ocidental) na formulação de microprojetos e programas locais articulando recursos, pessoas, entidades, ferramentas e táticas territoriais.

Objetivos específicos:

Formar e capacitar em cada turma do curso, a cada 2 anos, 28 agentes técnicos transdisciplinares (gestores, arquitetos urbanistas, advogados, economistas, sociólogos, assistentes sociais, técnicos e engenheiros, agentes comunitários de saúde) em nível de pós-graduação aptos a atuarem como multiplicadores de iniciativas comunitárias, a prestar assessoria sociotécnica a entidades locais e a articular recursos, pessoas, entidades, ferramentas e táticas territoriais integrando-os a políticas públicas e a recursos de fundos públicos de estatais e de orçamento de Municípios, Estados e União;

Simultaneamente à formação dos agentes técnicos, formar e capacitar em cada turma do curso, a cada 2 anos, **14 agentes mediadores territoriais** (2 agentes de cada um dos 7 territórios do entorno do DF) em nível de extensão para o protagonismo em iniciativas sociais articuladas a recursos, pessoas, entidades, ferramentas e táticas em seus territórios de origem, integrando-as a políticas públicas e a recursos de fundos públicos de estatais e de orçamento de Municípios, Estados e União;

Possibilitar o desenvolvimento de microprojetos locais baseados em tecnologia social que gerem melhorias no ambiente construído, oportunidades de trabalho, ocupação e renda abrangendo a participação e a igualdade racial, de gênero e de identidade em produções urbanas e rurais específicas que integrem as seguintes dimensões multi-interdisciplinares:

Conexões de saberes e tecnociência solidária: adequação sociotécnica, economia e finanças solidárias, fundos rotativos solidários, associativismo e cooperativismo, cooperação e trabalho associado, geração de trabalho e renda, bancos e moedas sociais.

Conexões territoriais: sujeito-rede, perspectivas no território, lutas sociais, dispositivos de diretividade política, práticas em ATHIS.

Produção do Habitat no Campo e na Cidade: planejamento espacial participativo, direito à cidade, projeto de habitação social no campo e na cidade: demandas, vocações e análise do problema (identidade local, saberes existentes, padrões espaciais e de acontecimentos de acordo com as dimensões da sustentabilidade, social, cultural e emocional, econômica e ambiental), e sistematização de tais padrões para estabelecer uma linguagem com a comunidade, aumentando a sua participação no processo, na forma de códigos geradores em alguns campos.

Agroecologia, Agrourobania e agricultura periurbana/agroecologia: planejamento da agricultura urbana & cidadania para fomento a participação de famílias sob risco social em torno da alimentação orgânica/in natura para promover a soberania alimentar;

Educação Freireana e trabalho: trabalho, arte, cultura, educação e design social, organização e estudos das culturas do trabalho, peças e produtos para trocas e comércio solidário, produção musical, teatral, circense e da cultura local sob registro de participação organizada mediante banco de horas para trocas sociais;

Saúde e Saneamento: práticas de vigilância epidemiológica, saúde coletiva e saúde da família com integração de práticas de ecossaneamento e infraestrutura ecológica.

4 METODOLOGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Descrever as metodologias que serão utilizadas para atingir os objetivos do curso e a contribuição que pretende dar em termos de competências e habilitações aos egressos.

Os princípios norteadores que compõem a Assessoria Sociotécnica e a Adequação Sociotécnica: dispositivos técnicos e modalidades heurísticas.

O Pensamento Latino-americano em Ciência Tecnologia e Sociedade ou PLACTS faz a crítica à concepção da tecnologia como ciência aplicada e neutra e promove a participação popular com outros saberes. Fundamenta-se em certa conceituação transdisciplinar que permitiu convergências epistemológicas e extracientíficas internas e externas às grandes áreas da ciência como a tecnociência à ciências humanas (Neder e Moraes, 2017, p.71).

Considera-se a alta interdependência entre tecnologia e definição das condições da vida socioeconômica e da organização política da atualidade e, caso as definições prévias no projeto tecnológico não prevejam as formas de inclusão social das pessoas, grupos e classes sociais a tecnologia gera condições de exclusão (NEDER e MORAES, 2017 p.99).

No território informal ou nos ambientes dos circuitos da economia popular não existe a tradicional segurança jurídica, fiscal, financeira e bancária, mas o trabalho e a prestação de serviços e trocas se dá francamente, e até o crédito é compartilhado por laços de vizinhança, costume e hábito do compadrio e amizade. Tal orientação é compartilhada pelas experiências brasileiras de criar microprojetos demandados pelos grupos e pessoas em vizinhança nos bairros

populares para acessar recursos de moeda corrente e social pelos bancos comunitários de desenvolvimento. Em experiências já avançadas (nos últimos 15 anos), e sob ambientes em preincubação em matéria de microcrédito assistência jurídica, comercial e econômica, assim como experiências de criação comunitária de Fundos Rotativos Solidários (como esquemas de autofinanciamento popular), esta ferramenta empodera os grupos locais para demandar dinheiro vivo para apoiar o adensamento de programas locais.

O crédito solidário melhora as condições para de alterar o modo de vida, permite orientar as inversões locais para melhorar as condições de sobrevivência social e econômica meio às condições adversas do mercado de trabalho sob a financeirização do Capital. Esta financeirização não tem soluções práticas para 2/3 da economia real comunitária e popular, em decorrência da tecnologia cada vez mais intensamente incorporada a produtos e processos produtivos já que daí decorre a dispensa de contingentes crescentes de trabalhadores assalariados. Fica então a questão: “qual será o mecanismo que passará a incorporar as pessoas, articulando-as socialmente ao processo de reprodução das economias contemporâneas”(TAUILLE, 2002:25)?

O tipo de solução aqui adotado parte do princípio de que é fundamental completar e adensar cadeias produtivas hoje situadas nos segmentos populares da economia de modo a aplica-las à economia social ou solidária como um projeto civilizatório (ES). Dagnino (2014) defende que uma forma de fortalecer a ES é a partir do desenvolvimento de tecnociência solidária (TCSs) que proporcionem sustentabilidade econômica, cultural e ambiental a empreendimentos econômicos solidários.

O desenvolvimento de TCS deve ser compreendido como um processo de concepção coletiva a partir da correlação de diversos elementos com características e competências diferentes que tendem a uma estabilização conjunta por meio de arranjos híbridos, nos quais os elementos tecnológicos e sociais estão indissociavelmente misturados.

Diferente da tecnologia convencional, que é desenvolvida para ou por empresas e segue uma lógica capitalista de se satisfazer uma demanda previamente identificada para se alcançar o lucro, a tecnologia social tem sido realizada por pessoas que sentem algum tipo de desconforto em relação à tecnologia convencional ou a situações que envolvem ou propiciam a sua concepção (DAGNINO, 2014).

Segundo Neder (2016), a contribuições das Ciências Sociais e Humanas tornam-se, então, necessárias para minimizar os efeitos negativos desse cenário ao buscarem uma nova noção de cidadania sociotécnica (HERNAN, 2009).

Nos países ibero-americanos essa tendência contemporânea mais ampla de revisão das Ciências Sociais e Humanas sobre o construtivismo social da tecnologia é conhecida como o movimento Ciência Tecnologia e Sociedade – CTS. Na visão de autores que trabalham com o conceito CTS, a tecnologia social - ou tecnociência solidária - surgiu como peça importante para ampliar a mobilização de movimentos sociais, sindicatos, empresas públicas e a mídia em geral. Assim, a Universidade tem sido convocada a associar ciência & tecnologia com saber popular.

Neder (2016) desenvolveu um método para avaliar a práticas, projetos e programas de assistência técnica a partir da metodologia da adequação sociotécnica (DAGNINO, 2004, 2010, 2019), considerando as modalidades heurísticas, que são caminhos críticos que podem ser utilizados para realizar diagnóstico, pesquisa e oficinas com a base social para ela própria adaptar em situações concretas de trabalho, como dispositivos técnicos em conjunto com as lutas pela

sobrevivência e bem viver. Assim, de acordo com Neder (2016, p.4), para desenvolver uma adequação sociotécnica, levando-se em consideração a dimensão cognitiva e a pesquisa teórica é necessário analisar e pesquisar com coletivos de trabalho em busca do grau de utilização e apropriação cognitiva e sociotécnica de dispositivos (técnicas).

Deve-se levar em consideração a trajetória sociotécnica do grupo, a qual apresenta uma identidade própria. Neder compara a uma impressão digital que expressa o estado real, que envolve desde o uso simples de técnicas, ou frustradas tentativas de apropriação por pequeno grupo, ou grandes coletivos.

São componentes e dispositivos técnicos utilizados enquanto parte da propriedade compartilhada dos meios de produção. As sete modalidades heurísticas para avaliação desenvolvidas por Neder (2016) e seus objetivos estão descritos na tabela 1, a seguir:

Tabela 1. Modalidades Heurísticas para Assessoria Sociotécnica & Adequação Sociotécnica em processos de extensão tecnológica para o desenvolvimento social

Modalidades	Objetivos
1. Qual o tipo de uso de técnicas envolve geração de recursos (dinheiro, entre outros) para/pelo grupo?	Avaliar o grau de utilização de saberes e fazeres envolvendo técnicas desde as mais simples, até a mais complexa numa comunidade por meio de tecnologias convencionais adaptadas a partir do senso comum de vantagens materiais trazidas com os dispositivos (dinheiro? Recursos? Relações internas e externas a comunidade?).
2. As práticas sociotécnicas tem se constituído em aprendizagem coletiva?	Julgar se a ampliação do conhecimento do/as trabalhador/as, assim como melhoria dos aspectos produtivos no aperfeiçoamento de fases de produção, cadeia produtiva, concepção dos produtos e processos tem se constituído de forma coletiva.
3. Há caso ou casos de ações efetivas, ou potenciais de revitalização ou reconversão de máquinas e equipamentos?	Avaliar como a comunidade ou coletivo de trabalho se envolve com a manutenção da vida útil das máquinas e equipamentos. Além disso, essa modalidade visa identificar (1) como se dá a apropriação nominal das máquinas (elas são de alguém, ou do coletivo?) e (2) como o conhecimento dos aspectos produtivos, por parte do trabalhador, é ampliado.
4. Como o grupo procede quando precisa fazer ajuste do processo de trabalho com mudanças de pessoas, postos de trabalho, remunerações?	Analisar a capacidade de adaptação da organização desde o processo trabalho à forma de propriedade coletiva dos meios de produção (pré-existentes ou convencionais).
5. Como proceder ao incentivo à busca de alternativas	Ponderar como o coletivo emprega tecnologias alternativas às existentes visando a autogestão, identificando quem fará a busca

tecnológicas?	e a seleção de tecnologias existentes e como será feita a adaptação da organização do processo de trabalho.
6. Como o coletivo tem resolvido o problema da incorporação de conhecimento científico-tecnológico existente?	Avaliar a capacidade de adaptação da organização desde o processo trabalho à forma de propriedade coletiva dos meios de produção (pré-existentes ou convencionais).
7. Como o coletivo tem resolvido o problema da incorporação de conhecimento científico-tecnológico existente?	Analisar como o coletivo tem incorporado processos de inovação de tipo radical que tendem a demandar o apoio de centros de P&D ou universidades, e implicam na exploração da fronteira do conhecimento, quando as adaptações anteriores se esgotam (Modalidade 4,5 e 6).

Fonte: Neder, 2016

Descrever a tecnologia empregada, principalmente em curso a distância: plataforma, ferramentas específicas, recursos de multimídia, produção de material de apoio, sessões presenciais, tutoria, monitoria e outras informações relevantes.

O processo de microprojeto e programa local (MPAL) será submetido um envolvimento processual dos estudantes em torno de cinco etapas inter-relacionadas, baseadas nos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico, trabalhos emergentes:

- (1) análise do contexto físico e social com envolvimento da população local de acordo com as dimensões da sustentabilidade;
- (2) elaboração e sistematização de padrões espaciais e de acontecimentos a partir das informações levantadas;
- (3) oficinas de participação, mapas mentais, mapas afetivos e jogo dos padrões (4) construção de cenários, propostas alternativas do estudo preliminar para tomada de decisão
- (5) entrega do caderno técnico ilustrado do grupo de agentes técnicos e agentes mediadores locais para formar uma Agenda Territorial Participativa Descentralizada.

5 PROCESSO DE AVALIAÇÃO E DE ACOMPANHAMENTO DAS AVALIAÇÕES

- 6 Estou ciente que é obrigatório a avaliação de cada disciplina ministrada e da avaliação final do curso bem como a apresentação de resultados no relatório final e que estas devem ser acompanhadas pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação (CPG) do Departamento ou Centro no qual esta proposta foi será aprovada.

Indicar a forma como será realizado o acompanhamento, a avaliação dos discentes sobre as disciplinas, os professores, a coordenação do curso, o atendimento administrativo e as instalações físicas, pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação (CPG) do Departamento ou Centro e os indicadores de processo e resultados que serão demonstrados no relatório final.

A avaliação dos estudantes se dará no quadro do mencionado 4o. marco teórico-pedagógico (seção Metodologia). Nele consta a orientação de que os

trabalhos dos estudantes/pesquisadore/as serão dirigidos para a elaboração de microprojeto por coletivo de 3 a 4 estudantes. Os microprojetos e programas locais serão objeto de temas de aulas e seminários. Não haverá provas específicas. A forma do trabalho final poderá assumir uma e/ ou mais de uma das seguintes linguagens de forma híbrida: trabalho literário (artigo, ensaio, TCC) trabalho em arte-montagem de painéis, maquetes, mapas, vídeos, cineteatro, cinema, dança, música, canto, teatro e declamação de poemas. Os estudantes serão mobilizados e motivados a apresentar uma sequência de cinco versões do trabalho em ritmo sequenciado (teóricos/práticos) até chegar ao trabalho final. As versões são discriminados segundo o peso de cada etapa, e os critérios que norteiam as notas máximas:

a) VERSÃO Zero do microprojeto - 20% da nota final : corresponde a primeira aproximação do coletivo de trabalho para que o/as estudantes possam se entrosar e mediante visitas locais e discussões teóricas, formular com os orientadores uma versão provocadora inicial. Critério de aprovação será o parecer de 3 professores credenciados da Pós;

b) VERSÃO 1 - 20% da nota final: corresponde a formulação mais avançada da problemática proposta mediante visitas de campo e da revisão teórica da literatura. A redação da versão 1 deve incluir a revisão da literatura especializada, síntese de posições e análises correntes. Critério de aprovação: definição clara da problemática com base em elementos teóricos (ligados a revisão de literatura) e com base em dados factuais (ligados às comunidades). Parecer de 3 professores credenciados da Pós.

c) VERSÃO 2 - 20% da nota final: formulação preliminar e tentativa de um conjunto de soluções (“solucionática”) por meio da pesquisa-ação participativa descentralizada. Critério de aprovação: descrição dos atores, entidades e tipos de experiência (movimentos e sujeitos da tecnologia social). Parecer de 3 professores credenciados da Pós.

d) VERSÃO 3 - 20% da nota final: formulação mediana a avançada de um conjunto de soluções (“solucionática”) por meio da pesquisa-ação participativa descentralizada. Critério de aprovação: desenvolvimento de uma proposta de ferramentas para avaliar a problemática envolvida na reaplicação /e escala entre o movimento pela tecnologia social, redes sociais, comunidade. Parecer de 3 professores credenciados da Pós.

científica & sistema de C&T no Brasil. Parecer de 3 professores credenciados da Pós.

e) VERSÃO 4 - 20% da nota final: formulação de uma proposta avançada da solucionática levando em conta elementos para o desenho circunstanciado para políticas públicas entre redes e entidades civis de tecnologia social. Critério de aprovação: comprovação de que a solucionática tem consistência em relação às situações vividas pelos agentes sociais e grupos comunitários. Parecer de 3 professores credenciados da Pós.

VERSÃO 5 final - 20% da nota final: elaboração avançada de respostas para a problemática, que incluam os agentes locais e suas redes sociais; a avaliação final dos trabalhos da Pós RESIDENCIA CTS **será dirigida para comprovar que a proposta é factível como**

forma participativa para ser multiplicada por outros grupos.
Parecer de 3 professores credenciados da Pós.

8. PROFESSORES DO QUADRO PERMANENTE DA UNB

Nome	Matrícula FUB	CPF	Titulação	Regime*	CH graduação	CH pós-graduação Strito sensu	CH outro(s) curso(s) lato sensu	CH neste curso lato sensu
1 ADRIANA MATTOS CLEN MACEDO	10842 08	083.378.357-00	Doutor	DE	8	0	0	4
2 Antonio Nobre	19547 24	186.470.901-44	Doutor	DE	8	0	0	4
3 Aldira Dominguez	10226 79	760.903.374-04	Doutor	DE	8	0	0	4
4 Alexandre Bernardino Costa	1464 47	334.303.571-87	Doutor	DE	8	0	0	4
5 Benny Schvarsberg	8789 79	606.943.947-34	Doutor	DE	8	0	0	4
6 Caio Frederico e Silva	10482 10	760.903.374-04	Doutor	DE	8	0	0	4
7 Cristiane Gomes Barreto	10962 49	694.055.901-97	Doutor	DE	8	0	0	4
8 Cristiane Guinancio	9881 89	987.988.047-15	Doutor	DE	8	0	0	4
9 Everaldo Batista Costa	10529 93	040.155.276.40	Doutor	DE	8	0	0	4
10 Flaviana Barreto Lira	10531 75	008.917.294-96	Doutor	DE	8	0	0	4
11 Fernando Luiz Araújo Sobrinho	7318 11	708.926.526.91	Doutor	DE	8	0	0	4
12 Flaviane Canavesi	10961 17	130.965.738-67	Doutor	DE	8	0	0	4
13 Flávio Murilo Pereira da Costa	10352 40	086.388.258-70	Doutor	DE	8	0	0	4
14 Franco de Mattos	010947 93	162.405.958-96	Doutor	DE	8	0	0	4
15 Irineu Tamaio	10494 37	036.668.438-83	Doutor	DE	8	0	0	4
16 Jair Reck	10362 11	639.233.439-49	Doutor	DE	8	0	0	4
17 João da Costa Pantoja	1074989	266.645.851-20	Doutor	DE	8	0	0	4
18 Leandro de Souza Cruz	20395 07	113.027.700-89	Doutor	DE	8	0	0	4
19 Livia Barros	11147 78	064.005.066-24	Mestre	DE	8	0	0	4

PROPOSTA DE PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO LATO SENSU (ESPECIALIZAÇÃO)

Wiesinieski								
20 Liza Maria Souza de Andrade	10491 86	685.248.466-15	Doutor	DE	8	0	0	4
21 Luiz Antônio Pasquetti	10261 19	279.425.620-34	Doutor	DE	8	0	0	4
22 Luiz Alejandro Pérez Pena	109999 81	700.409.051-52	Doutor	DE	8	0	0	4
23 Luiz Carlos Spiller Pena	1051849	795.449.087-49	Doutor	DE	8	0	0	4
24 Maria Lidia Bueno Fernandes	10424 59	039.664.058-30	Doutor	DE	8	0	0	4
25 Maribel Del Carmem Aliaga Fuentes	10293 12	113.252.128.90	Doutor	DE	8	0	0	4
26 Patrícia Silva Gomes	2126051	056.366.626-96	Doutor	DE	8	0	0	4
27 Paulo Gabriel Franco dos Santos	11088 16	020.301.961-00	Doutor	DE	8	0	0	4
28 Perci Coelho de Sousa	146307	451.551.276-53	Doutor	DE	8	0	0	4
29 Regina Coelly Fernandes Saraiva	10434 21	339.468.501-97	Doutor	DE	8	0	0	4
30 Raquel Moraes	1466 41	092.552.008-01	Doutor	DE	8	0	0	4
31 Ricardo Minoti	1079450	136.610.668-70	Doutor	DE	8	0	0	4
32 Ricardo Toledo Neder	10364 41	059.602.821-00	Doutor	DE	8	0	0	4
33 Rogério Ferreira	11092 94	529.979.951-91	Doutor	DE	8	0	0	4
34 Sadi Dal Rosso	1005 28	135.565.760-15	Doutor	DE	8	0	0	4
35 Silvia Ribeiro de Souza	10484 49	023.656.306-85	Doutor	DE	8	0	0	4
36 Tania Cristina da Silva Cruz	10364 91	786.390.181-20	Doutor	DE	8	0	0	4
37 Thiago Trindade	10842 32	308.160.348-00	Doutor	DE	8	0	0	4
38 Thiago Gehre Galvão	10800 83	893.491.801-20	Doutor	DE	8	0	0	4
39 Vânia Raquel Teles Loureiro	11031 72	704.860.581-23	Doutor	DE	8	0	0	4
40 Vanda Zanoni	10487 67	294.215.781-04	Doutor	DE	8	0	0	4

* Regime: parcial
dedicação exclusiva (DE)

(20h), total (40h) ou

8.1. PROFESSORES EXTERNOS

Nome	RG	CPF	Nome da Mãe	Titulação	Vínculo profissional	Link do currículo Lattes	CH nes curso lato sensu
(1) Ana Luiza Aureliano Silva	243.0880	105.229.506-12		Doutor	Doutoranda Pós-Graduação PPG/FAU/UnB	http://lattes.cnpq.br/8773474678877106	2 cc
(2) Heliana Faria Mettig Rocha	527459887	676.978.445-91		Doutor	Residência AU+E UFBA	http://lattes.cnpq.br/3471932305876361	2 cc
(3) Natalia da Silva Lemos	13748170 MG	016.927.891-39		Mestre	Doutoranda FAU/UNB	http://lattes.cnpq.br/3284049525848309	2 cc
(4) Renato Peixoto Dagnino	11422148	087.893.470-72		Doutor	Unicamp	http://lattes.cnpq.br/0864711435393000	2 cc
(5) Wagner de Jesus Martins	045577798	631.600.057-04		Doutor	Fiocruz DF	http://lattes.cnpq.br/8386863728607073	2 cc
(6) Zará Augusto Brum Soares	3.847.921	013.857.487-10		Eng. Agrônomo Mestre	Embrapa Cerrado	http://lattes.cnpq.br/3565431640287668	2 cc
(7) Manoel Barbosa Neres	988235S	393.240.101.82		Mestre	Doutorando UnB	http://lattes.cnpq.br/0378425001061863	2 cc
(8) Sadi Dal Rosso							
(9)							

Observação: Caso haja **professores indefinidos e/ou a selecionar por edital**, o proponente deverá colocar no campo nome “a designar” e descrever o perfil, como por exemplo, se do quadro da UnB ou externo e a titulação para que possibilite a avaliação e aprovação da proposta à luz da normativa vigente.

22 MATRIZ CURRICULAR

Número de ordem	Nome da Disciplina	Número de créditos da disciplina	Carga horária da disciplina	Professor(es)	Carga horária por professor(a)
01	MÓDULO I - CONEXÕES DE SABERES E TECNOCIÊNCIA SOLIDÁRIA	15	60 h	Ricardo Toledo Neder, Franco de Matos, Renato Peixoto Dagnino; Hernan Thomas; Felipe Addor, Luis Antonio Pasquetti; Jair Reck, Rogério Ferreira, Fabrício Neves.	6 h
02	MÓDULO 2 - CONEXÕES TERRITORIAIS	15	60h	Perci Coelho, Everaldo Baptista Costa, Flaviana Lyra, Thiago Trindade, Flavio Costa, Flaviane Canavesi, Wagner Jesus, Thiago Gere, Liza Maria Souza de Andrade, Natalia da Silva Lemos, Maribel Del Carmem Aliaga Fuentes, Vinícius Silva Rezende, Ricardo Minoti, Ariuska Amorim.	4 h
03	MÓDULO 3 - PRODUÇÃO DO HABITAT NO CAMPO E NA CIDADE	15	60 h	Cristiane Guinancio, Leandro Cruz, Luis Alejandro Pérez Peña, Liza Maria Souza de Andrade, Natalia da Silva Lemos, Jaime Gonçalves de Almeida, Marcio Buson, Ivan do Valle, Julio Melo, Daniel Richard Sant'Ana, Erich Wolff, Sergio Koide, Demétrios Cristofidis, Caio Frederico, Rosana Climaco, Paulo Tavares, Maribel Aliaga	3,5 h
04	MÓDULO 4 - AGROECOLOGIA	15	60 h	Flaviane Canavesi, Cristiane Gomes Barreto, Flavio Costa, Ricardo Toledo Neder, Patrícia Silva Gomes; Silvia Ribeiro de Souza	10 h
05	MÓDULO 5 - EDUCAÇÃO FREIRIANA E TRABALHO	15	60 h	Adriana Clen, Raquel Moraes, Ricardo Neder, Livia Barros Wiesinieski, Perci de Souza, Deivi Khun	10 h
06	MÓDULO 6 - SAÚDE	15	60 h	Aldira Guimarães Duarte Domínguez, A definir, Ricardo T. Neder, Wagner Jesus, Liza Maria Souza de Andrade, Ricardo Bernardes, Tatiana Novaes, Olga Maria Ramalho de Albuquerque, Heliana Faria Mettig Rocha	6 h

PROPOSTA DE PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO LATO SENSU (ESPECIALIZAÇÃO)

Carga horária e créditos totais das disciplinas sem o TCC ou monografia		90	360 h		
07	TCC	8	120 h	Ver Quadro dos Docentes Internos - todos serão passíveis de atuar como orientadores	
Carga horária e créditos totais do curso, incluindo o TCC		98	480		

* Monografia ou Trabalho de Conclusão de Curso deve fazer parte da grade, com zero créditos se o curso totalizar 360 horas. Se a carga horária for superior a 360 horas, a carga horária da monografia ou TCC, caso previsto, fica a critério do proponente. Este item deverá vir seguido do nome de todos os docentes que serão orientadores.

7 PLANOS DE ENSINO DAS DISCIPLINAS DA MATRIZ CURRICULAR

Nome da disciplina:	MÓDULO 1 - CONEXÕES DE SABERES E TECNOCIÊNCIA SOLIDÁRIA
Ementa:	Adequação sociotécnica, Economia e finanças solidárias, fundos rotativos solidários, associativismo e cooperativismo, cooperação e trabalho associado, geração de trabalho e renda, bancos e moedas sociais.
Conteúdo Programático:	Adequação sociotécnica. Tecnociência Solidária - Gestão social e Gestão pública. Economia Solidária e Fundos Rotativos solidários. Saberes populares e Redes Sociais e Técnicas. Design Social, Tecnociência e TOR (Trabalho, Ocupação e Rendimento).
Método de avaliação:	A avaliação do desempenho dos (as) discentes na disciplina será baseada na participação nas aulas, nos grupos de trabalho, leituras programadas para discussão
Bibliografia básica:	<p>CUNHA, Gabriela Cavalcanti. Outras políticas para outras economias: redes na construção das ações do governo federal voltadas à economia solidária (2003-2010). 2012. xi, 444 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.</p> <p>DAGNINO, Renato. Tecnologia Social e Economia Solidária: construindo a ponte. In: Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 207-265. ISBN 978-85-7879-327-2. Available from SciELO Books.</p> <p>PITAGUARI, S. O.; SANTOS, L.M. et al. Panorama da economia solidária no Brasil. A Sustentabilidade da Economia Solidária: contribuições multidisciplinares. Londrina: Universidade Estadual de Londrina-UEL, p. 33-61, 2012.</p>

Nome da disciplina:	MÓDULO 2 - CONEXÕES TERRITORIAIS
Ementa:	Sujeito-rede, perspectivas no território, lutas sociais, dispositivos de diretividade política, práticas em ATHIS.
Conteúdo Programático:	Conexões territoriais afetivas, Cultura e questões identitárias. Direito ao território: informalidade,

	participação política e movimentos sociais. Reforma Agrária, Agroecologia, Política e Bem Viver. Governança, Saúde, Saneamento e Meio ambiente – ODS. Produção do Habitat: Microplanejamento, Táticas, Cartografias de ação e padrões de organização. Microbacias e popularização do Geoprocessamento.
Método de avaliação:	A avaliação do desempenho dos (as) discentes na disciplina será baseada na participação nas aulas, nos grupos de trabalho, leituras programadas para discussão,
Bibliografia básica:	<p>CAMPOS, Neio. A segregação planejada. In PAVIANI, A. (Org.) A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991, 266 pp. (Coleção Brasília).</p> <p>SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 1979.</p> <p>RIBEIRO, Tarcyla F.; MAYRINK, Priscilla. Termo Territorial Coletivo, Parte 1: Conhecendo a Ideia e as Possibilidades Para Favelas. Rio On Watch, 20.ago.2018 Disponível em: < https://riononwatch.org.br/?p=35408>. Acesso em 12.mai.2021.</p>

Nome da disciplina:	MÓDULO 3 - PRODUÇÃO DO HABITAT NO CAMPO E NA CIDADE
Ementa:	Planejamento espacial participativo, direito à cidade, projeto de habitação social no campo e na cidade. Demandas, vocações e análise do problema. Identidade local, saberes existentes, padrões espaciais e de acontecimentos, dimensões da sustentabilidade (social, cultural e emocional, econômica e ambiental). Geração de códigos e estabelecimento de linguagem.
Conteúdo Programático:	Habitação Social no campo e na cidade. Desenho de sistemas integrados: Ecovilas, Ecossistemas urbanos, permacultura. Saberes autoconstruídos e Tecnologia Social em Habitação (Prática em Bioconstrução – Campo/Cidade. Infraestrutura socioecológica – Lugares sensíveis à água e soluções baseadas na natureza. Ambientes saudáveis e Conforto Ambiental. Arte e comunicação visual.
Método de	A avaliação do desempenho dos (as) discentes na

avaliação:	disciplina será baseada na participação nas aulas, nos grupos de trabalho, leituras programadas para discussão
Bibliografia básica:	<p>ANDRADE, L. M. S. Conexão dos Padrões Espaciais dos Ecossistemas Urbanos: A construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e o no nível da paisagem. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.</p> <p>ANDRADE, Liza Maria Souza; LEMOS, Natália da Silva; LOUREIRO, Vânia Raquel Teles; MONTEIRO, Maria Emília. Adequação Sociotécnica para projetos de urbanismo participativo do grupo de pesquisa e extensão Periférico: Táticas urbanas como tecnologia social, dimensões da sustentabilidade, padrões espaciais e de acontecimentos e construção de cenários. In: XVIII ENANPUR, Natal, 2019</p> <p>CERQUEIRA, Maria Cândida Teixeira de et al. Experiência em assistência técnica para habitats de reforma agrária: universidade, estado e movimento social. In: MIGLIORINI, Jeanine Mafra. O essencial da arquitetura e urbanismo. Ponta Grossa (SP): Atena Editora, 2018.</p>

Nome da disciplina:	MÓDULO 4 - AGROECOLOGIA
Ementa:	Planejamento da agricultura urbana e cidadania. Alimentação orgânica/in natura, participação familiar e soberania alimentar.
Conteúdo Programático:	Agroecologia e Agrourebania: Bases conceituais e metodológicas. Agrossistemas: planejamento de sistemas e tecnologias agrícolas alternativas . Estratégias técnicas para o manejo agroecológico. Agricultura familiar camponesa: a base social da Agroecologia. Saúde e soberania alimentar. Jardins agroflorestais urbanos.
Método de avaliação:	A avaliação do desempenho dos (as) discentes na disciplina será baseada na participação nas aulas, nos grupos de trabalho, leituras programadas para discussão.
Bibliografia básica:	CAPORAL, Francisco. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. 24 p. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

	<p>CARVALHO, R.; GOEDERT, W. J.; ARMANDO, M. S. Atributos físicos da qualidade de um solo sob sistema agroflorestal. Pesquisa Agropecuária Brasileira, v. 39, n. 11, p. 1153-1155, 2004.</p> <p>GUÉNEAU, Stéphane et al. A Construção das políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil. Revista Brasileira de Agroecologia, número14, 2019.</p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Nome da disciplina:	MÓDULO 5 - EDUCAÇÃO FREIRIANA E TRABALHO
Ementa:	Trabalho, arte, cultura, educação e design social, organização e estudos das culturas do trabalho, peças e produtos para trocas e comércio solidário, produção musical, teatral, circense e da cultura local sob registro de participação organizada mediante banco de horas para trocas sociais.
Conteúdo Programático:	Arte e cultura popular. Educação Freireana e design Social. Turismo, produção e inclusão da comunidade. Redes solidárias e informalidade. Culturas do trabalho. Cooperativas de plataforma digital para empreendimentos econômicos solidários em rede.
Método de avaliação:	A avaliação do desempenho dos (as) discentes na disciplina será baseada na participação nas aulas, nos grupos de trabalho, leituras programadas para discussão
Bibliografia básica:	<p>ALVELAR, C. A. S. et al. A economia solidária em territórios populares: uma pesquisa exploratória sobre o tecido socioprodutivo em quatro comunidades da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ / Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário, 2012.</p> <p>FREIRE, Paulo. Educação e Atualidade Brasileira. 2. Ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.</p> <p>RÊSES, Erlando da Silva; SILVEIRA, Dimitri Assis; PEREIRA, Maria Luiza Pinho. Educação de jovens e adultos trabalhadores: análise crítica do Programa Brasil Alfabetizado. Brasília: Editora Paralelo 15, 2017.</p>

Nome da disciplina:	MÓDULO 6 - SAÚDE
----------------------------	-------------------------

Ementa:	Práticas de vigilância epidemiológica, saúde coletiva e saúde da família com integração de práticas de ecossaneamento e infraestrutura ecológica
Conteúdo Programático:	Visão ecossistêmica da Saúde. Saúde e alimentação. Saúde primária: agentes comunitários da saúde. Cidades e bairros saudáveis - ODS. Gestão comunitária e ecossaneamento. Metodologias integrativas e holísticas.
Método de avaliação:	A avaliação do desempenho dos (as) discentes na disciplina será baseada na participação nas aulas, nos grupos de trabalho, leituras programadas para discussão
Bibliografia básica:	<p>AVILA, C. F. D; DANTAS, A; DUARTE, A. G. Gestão pública, saúde coletiva e meio ambiente no Brasil: um ensaio de interpretação. Hegemonia - Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro ISSN: 1809 - 1261 UNIEURO, Brasília, número 26, Janeiro a Junho de 2019, pp.66-94. Disponível em: https://revista.hegemonia.emnuvens.com.br/hegemonia/article/view/271/217.</p> <p>GOMES, C.M, MINAYO, M.C. de Souza. Enfoque Ecosistêmico de Saúde: Uma Estratégia Transdisciplinar. Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.1, n.1, Art 1, ago. pp. 1-19. Disponível em: https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/09/Enfoque-Ecosistmico-em-Saude-transdisciplinar.pdf. Acesso em: 31 maio 2021.</p> <p>GUTIÉRREZ, F.; PRADO, C. Ecopedagogia e cidadania planetária. 1a. ed. São Paulo: Cortez, 1999,128p.</p>

ANEXOS

- 41 Cópia da ata de reunião do Colegiado do Programa de Pós-Graduação do Departamento ou Centro constando a aprovação e respectivo parecer do relator
- 42 Comprovação da maior titulação acadêmica para os professores externos (cópia do diploma ou certificado)
- 43 Declaração de não prejuízo e de respeito ao teto constitucional - para professores da UnB, com aprovação da chefia imediata (modelo SEI)